



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º. 24/2016

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E UM DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----**

-----Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho n.º. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07/09/2016:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 07/09/2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o n.º. 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação a Sr.ª Vereadora Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS, e o Senhor Vereador Serafim Paulo Melo de Oliveira, eleito PPD/PSD uma vez que não estiveram presentes na Reunião.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:**-----

----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Deu também conhecimento da publicação da Portaria nº. 244/2016, de 7/09/2016 – Altera a Portaria nº.214/2014, de 16 de outubro, que define as condições de atribuição da competência estabelecida no nº. 7 do artigo 169º. do Código das Estradas às Câmaras Municipais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 179, referente ao dia 20 de setembro corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:**-----

#### **4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:**-----

##### **4.1.1.-Ação Social Escolar (ASE) 1º. Ano – Manuais Escolares- Ajustamento dos Auxílios Económicos:**-----

-----Foi presente a circular nº.72/2016-SA, de 09/09/2016, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conhecimento que o Governo vai neste ano letivo que agora se inicia, de acordo com o artigo 127º. do LOE 2016, distribuir gratuitamente os manuais escolares a todos os estudantes do 1º. Ano do 1º. Ciclo do ensino básico, inclusive aos alunos carenciados da responsabilidade dos Municípios.-----

-----Por conseguinte, até sob pena de duplicação de um mesmo apoio e da violação dos princípios da equidade e da discriminação positiva que presidem à atribuição dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar –ASE, estabelecido no Dec. Lei nº.55/2009, de 2 de março, na sua atual redação, e Despacho nº. 8454-A/2015, publicado no Diário da República 2ª. Série, de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

31/07/2015), por força do artigo 127º. da LOE 2016, de natureza imperativa e prevalecente, fica derrogada a responsabilidade legal do Município com a comparticipação aos alunos carenciados do 1º. da verba relativo aos livros escolares, mantendo-se a responsabilidade mínima relativa aos apoios em matéria de alimentação e material escolar.-----

-----O Senhor Presidente informou a Câmara que no pretérito dia 19 foram empossados os novos Órgãos Sociais da ADICES.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**4.2.-Lei nº. 103/2015, de 24 de agosto – Atividades cujo exercício envolve contacto regular com menores – certificado de Registo Criminal (CRC) – Acesso e Taxas (Isenção):-----**

-----Foi presente a Circular nº. 73/2016-SA, de 13/09/2015, da Associação Nacional de Municípios no seguimento das muitas dúvidas e problemática em torno da matéria em epígrafe dá conhecimento das diligências efetuadas por aquela Associação, nomeadamente de Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça para o assunto, requerendo que se isente de taxas de certificados de registo criminal os trabalhadores dos municípios integrados em atividades cujo exercício envolve o contato regular de menores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento:-----

**5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----**

**5.1. -SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----**

**5.1.1.-Procº. nº. 32 de Comparticipação de Manuais Escolares 1º. CEB:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes para efeitos de apreciação e deliberação os requerimento abaixo identificado apresentado nos serviços para Comparticipação de Manuais Escolares do 1º.CEB:-----

-----Processo número 32, registado com o nº. 642 , em 06/09/2016, de Ana Paula Martins de Matos, que requiere a comparticipação de trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos (34,35€), referente aos cadernos de atividades escolares e material escolar para o seu filho Francisco Reis Vicente que se encontra a frequentar o 1º. Ano do 1º. CEB do Centro



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Educativo, e verifica-se que, conforme informação dos serviços sociais, os manuais não foram adquiridos nos estabelecimentos comerciais do Concelho de Mortágua, não cumprindo assim o expressamente estipulado na reunião de Câmara de 17/08/2016, publicitado no ponto 1 do Edital nº. 64/2016, de 18 de agosto de 2016.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento do processo por não cumprir o aprovado na Reunião de Câmara de 17/08/2016, não ter adquirido os cadernos de atividades escolares nos estabelecimentos comerciais do Concelho de Mortágua, devendo, se assim o entender pronunciar-se por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis, conforme o disposto no Código do Procedimento Administrativo.-----

### **5.2.-JUVENTUDE:-----**

#### **5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----**

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura nº.43/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

### **6.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----**

#### **6.1.-OBRAS EM DIVERSAS POVOAÇÕES:-----**

##### **6.1.1.-Proposta - Regeneração/Pavimentação dos arruamentos da povoação da Gândara**

##### **– Abertura de Procedimento Concursal:-----**

Pelos Senhores Vereadores do Partidos Socialista foi presente a seguinte proposta:-----

-----“À semelhança do que acontece em muitas povoações do Concelho de Mortágua verifica-se que maioritariamente os habitantes da povoação da Gândara têm uma idade avançada e consequentemente sentem fortes limitações de mobilidade pedonal provocada pelo tipo e estado dos pavimentos dos arruamentos daquela povoação, em paralelos muito irregulares.-----

-----Atendendo que o Partido Socialista defende e sempre defendeu ao longo dos seus



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mandatos que é primordial criar condições de segurança e de mobilidade pedonal dentro das povoações, tendo promovido diversas requalificações em diferentes povoações do concelho que visaram a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.-----

-----Atendendo a que foi uma promessa do Partido Socialista nas últimas eleições aos habitantes da Gândara, tendo nesse sentido, proposto, por várias vezes, esse investimento nos seus contributos para a elaboração do Plano de Investimentos deste mandato, vimos mais uma vez, propor abertura de um procedimento concursal para a execução da requalificação dos arruamentos da Povoação da Gândara que contemple a pavimentação com massa asfáltica dos arruamentos e criação de um sistema de recolha das águas pluviais, de acordo com o mapa anexo e que contempla os seguintes arruamentos:-----

-----Rua da Fonte;-----

-----Rua da Capela;-----

-----Rua das Enguias;-----

-----Rua do Casal;-----

-----Rua do Cerrado;-----

-----Rua das Regueiras ;-----

-----Rua da Eira do Vale;-----

-----Rua Manuel Augusto Gonçalves;-----

-----Largo dos Carvalhos”.-----

-----Depois de apreciado o assunto a Câmara deliberou por maioria com três votos a favor dos Vereadores do PS e quatro votos contra do Presidente e dos Vereadores do PPD/PSD, Engº. José Júlio Henriques Norte, Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Drª. Emilia Maria dos Santos Neves de Almeida e Engº. Serafim Paulo Melo de Oliveira, não aprovar a proposta.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração de voto: “Sendo nossa preocupação parte da argumentação que fundamentou a proposta dos Vereadores do PS, nomeadamente no que se refere à mobilidade, consideramos que é pertinente a intervenção nas Ruas da Fonte, das Regueiras, da Eira do Vale e Manuel Augusto Gonçalves, não carecendo as restantes ruas





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

propostas de intervenção de fundo sendo apenas necessária a sua manutenção em zonas pontuais, tendo em conta o critério adotado para todo o Concelho.-----

### **7.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**-----

#### **7.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:**-----

##### **7.1.1.-Projeto "Mortágua nos Caminhos da Batalha do Buçaco":**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Programa das ações integradas no Projeto "Mortágua nos Caminhos da Batalha do Buçaco":-----

-----SÁBADO - 24 DE SETEMBRO:-----

----- Colóquio - A 3ª INVASÃO: Mortágua, uma Encruzilhada na Batalha do Bussaco- 09h30 | Centro de Animação Cultural;-----

Moderador: Major General Aníbal Flambó.-----

-----."A INVASÃO DE MASSENA" - Coronel Luís Albuquerque.-----

-----."A MÚSICA MILITAR, DA FUNÇÃO OPERACIONAL À ARTÍSTICA"- Tenente - Coronel Pedro Marquês de Sousa.-----

-----."MEMÓRIAS DA GUERRA NO CONCELHO DE MORTÁGUA, 1810"- Professora Doutora Maria Alegria Marques.-----

-----PASSEIO NOTURNO ENCENADO - BARRIL - VALE DE AÇORES: 21h00 - Concentração dos participantes no Barril; 22h30 - Concerto com a Orquestra Ligeira do Exército, no Largo da Feira em Vale de Açores.-----

-----INAUGURAÇÃO DA exposição FARDAMENTOS MILITARES DAS INVASÕES FRANCESAS(1807-1814). AGUARELAS DO GENERAL RIBEIRO ARTUR. 24 SET > 31 OUT | Centro de Animação Cultural.-----

-----30 SETEMBRO | 21h30 | Centro de Animação Cultural - Lançamento do Livro "Andaram por aqui os Franceses...A 3ª Invasão Francesa em Mortágua". João Paulo Gaspar de Almeida e Sousa - Apresentação pela Professora Doutora Isabel Vargues.-----

-----O Senhor Presidente informou que as despesas inerentes às atividades do programa, que se estimam em quatro mil oitocentos e noventa e três euro e catorze cêntimos (4.893,14 €), serão



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

autorizadas no âmbito das suas competências próprias, e convidando todos os membros do Executivo a estarem presentes.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o programa proposto.-----

### **7.1.2.-Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Agueira – Parceria de colaboração na ação “Sorteio – Tômbola de Natal 2016:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 2016/DAF/0011, de 16/07/2016 da Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Agueira – ACIBA, informando que tendo como referência o sucesso alcançado no transato pretende realizar a ação - Sorteio – tômbola de natal, durante o mês de dezembro, dirigida a todos os estabelecimentos comerciais do Concelho de Mortágua que queiram participar;-----

-----Para tornar viável e possível a realização daquele evento solicita a inestimável colaboração, no contacto direto com os comerciantes, para além de apoio para os prémios e material de divulgação do evento que, atentas as edições dos anos anteriores, se estima em dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, com um saldo de cinquenta e nove mil cento e três euros e cinquenta e um cêntimos (59.103,51 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 08-Desenvolvimento Económico, Programa 001-Desenvolvimento do Turismo, projeto 2016/5056-Turismo Desporto e Natureza, Ação 8- Apoio Iniciativas de Outras Instituições, com um saldo de seis mil e quinhentos euros (6.500,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir um apoio de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €).-----

-----Mais foi deliberado que a participação dos comerciantes neste processo não acarreta para os mesmos qualquer encargo.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **7.2.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----**

#### **7.2.1.-Empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Ratificação de Despacho:-----**

----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de ratificação, conforme dispõe o nº. 3 do artigo 35º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, o seu Despacho datado de 11/06/2016, e que a seguir se transcreve:-----

----- “ DESPACHO:-----

-----ASSUNTO: Empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----Considerando a empreitada supramencionada adjudicada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária de 24/06/2016 à empresa Socitop, Unipessoal Lda.-----

-----Considerando que o Órgão competente para decidir assuntos relacionados com a aquela empreitada é a Câmara.-----

-----Considerando a urgência na tramitação de todo o processo e do normal andamento dos trabalhos, no uso das competência que me é conferida pelo nº. 3 do artº. 35º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, determino:-----

-----1.-Aprovar, nos termos do nº. 1 do artigo 12º. do Decreto –Lei número 273/2003, de 29 de outubro, o Plano de Segurança e Saúde da obra de “Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”.-----

-----2.-Nomear, para efeitos nos nº. 2 e 3 do artigo 9º. do Decreto –Lei número 273/2003, de 29 de outubro, o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte como Coordenador de Segurança em Obra.-----

-----3.-Nomear como representante do dono da obra o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, para efeitos do artigo 344º. do CCP.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Á Reunião de Câmara para RATIFICAÇÃO".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente.-----

### **8.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:**-----

#### **8.1.-VIAÇÃO RURAL:**-----

##### **8.1.1.-Execução da Reformulação do Entroncamento na EN 228, no acesso à Central Termoelétrica e à empresa Pellets Power – Aquisição de Terreno:**-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que conforme o previsto no projeto de execução aprovado no ponto anterior para a execução da obra da Reformulação do Entroncamento na EN 228, no acesso à Central Termoelétrica e à empresa Pellets Power se torna necessário proceder à ocupação de uma área de terreno de mil quatrocentos e vinte (1.420) metros quadrados de propriedade de Herdeiros por óbito de Acácio Gomes de Oliveira abaixo identificados, tendo os mesmos após contacto efetuado pelos serviços acordado ceder mediante o pagamento de justa indemnização. -----

-----Terreno Paralelo à EN 228, inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua Cortegaça e Almaça, sob o artigo 2857 – trezentos e noventa (390) metros quadrados contabilizado ao preço do terreno para a ampliação do Parque Industrial, cujo valor foi três euros (3,00€) o m2, os restantes mil cento e trinta (1130) metros quadrados serão contabilizados pelo valor praticado em terrenos similares, cujo valor máximo é de um euro (1,00€) o metro quadrado, totalizando o montante de dois mil e trezentos euros (2.300,00 €).--

----- Herdeiros de Acácio Gomes de Oliveira:-----

----- Irene de Oliveira Calvário Pinheiro de Oliveira, que também usa Irene D'Oliveira Calvário Pinheiro de Oliveira, viúva, residente na Praça Infante D. Henrique, bloco A , 1º. Esqº., em Coimbra, titular do BI nº. 1167028, de 22/12/2003, emitido pelos SIC de Coimbra.-----

----- Luis Manuel Pinheiro de Oliveira, solteiro, residente em Vila do Conde, na Rua de S. Bento, nº. 149, 1º. Esquerdo;-----

-----Maria Gabriela Pinheiro de Oliveira Gonçalves Carneiro, casada co João Carlos Gonçalves Carneiro sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Santo António dos Olivais,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Coimbra, na Quinta da Boavista, nº.4, 4º.Dtº.-----

-----Maria Cristina Pinheiro de Oliveira Fernandes, casada com Domingos Manuel Cabrita Marques Fernandes, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente e Loulé, no Monte das Azinheiras CC1, D'Apra.-----

-----A parcela de terreno integrar-se-á no domínio público e serão incorporadas na via pública e na rotunda acima referenciada.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o pagamento das indemnizações acima mencionadas pela cedência de terrenos que irão ser incorporados no domínio público do Município.-----

### **9.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:**-----

#### **9.1.-EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico do Núcleo de Contratação Pública, que a seguir se transcreve:-----

-----“Assunto: Recuperação e valorização da Ribeira da Fraga – Criação de um percurso em Mortágua entre a Ponte do Barril e o Parque Verde.-----

-----Considerando que:-----

-----A abertura do concurso para a execução da empreitada acima mencionada foi aprovada em reunião de Câmara de 03 de Agosto de 2016.-----

-----O prazo de execução da empreitada estabelecido no caderno de encargos é de 120 dias.---

-----No decorrer do procedimento houve necessidade de prorrogar o prazo de entrega das propostas em consequência dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes. Em consequência deste facto o prazo de entrega das propostas terminou a 12 de Setembro de 2016.-----

----- O procedimento encontra-se na fase do relatório preliminar/ audiência prévia.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- O prazo de audiência prévia é de 5 dias úteis, podendo haver reclamações.-----

-----Após a audiência prévia será elaborado o relatório final e notificado o adjudicatário a apresentar os documentos de habilitação, cujo prazo é de 10 dias úteis, sem prejuízo do mencionado no final do parágrafo anterior.-----

-----Após a entrega dos documentos o adjudicatário é notificado para a assinatura do contrato.-----

-----Celebrado o contrato há 20 dias para assinar o auto de consignação.-----

-----Face ao exposto a consignação da obra ficará prevista para o final do mês de Outubro .----

-----Assim a despesa acarretará encargos plurianuais tendo em consideração o prazo de execução.( Nov. e Dez./2016 e Jan. e Fev/2017).-----

-----Tendo em consideração o cronograma financeiro da proposta melhor classificada no relatório preliminar, com o valor de duzentos e setenta e cinco mil duzentos e vinte e seis euros e doze cêntimos (275.226,12 €) a repartição de encargos prevista será de:-----

-----Para o ano de 2016: sessenta mil oitocentos e cinquenta e seis euros e noventa e oito cêntimos (60.856,98 €);-----

-----Para o ano de 2017: duzentos e catorze mil trezentos e sessenta e nove euros e catorze cêntimos (214.369,14 €).-----

-----Proponho que a presente informação seja presente a próxima reunião de Câmara e submetida á assembleia municipal para aprovação da assunção do compromisso plurianual conforme determina a alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro”..-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs que Câmara delibere aprovar submeter a presente proposta à Assembleia para autorizar a repartição da despesa em mais de um ano económico, nos termos do número 1 do artigo 22º. do Decreto-Lei número 197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número 1 do artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, e conceder autorização prévia por este Órgão deliberativo, para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, relativa à



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Empreitada de Recuperação e valorização da Ribeira da Fraga – Criação de um percurso em Mortágua entre a Ponte do Barril e o Parque Verde da seguinte forma:-----

-----Para o ano de 2016: sessenta mil oitocentos e cinquenta e seis euros e noventa e oito cêntimos (60.856,98 €);-----

-----Para o ano de 2017: duzentos e catorze mil trezentos e sessenta e nove euros e catorze cêntimos (214.369,14 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **10.1.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

#### **10.1.-PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO:-----**

##### **10.1.1.-CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - Pedido de Autorização Prévia do Investimento “Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira” a ser Financiado:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte:-----

-----“Atendendo a que:-----

-----A Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, que estabelece a RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina no nº. 2, do artº. 51º. que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de serem identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem em 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----De acordo com informação do Tribunal de Contas, a discussão e votação do presente assunto pode ocorrer na mesma sessão da Assembleia Municipal, em ponto autónomo e previamente à votação da proposta de autorização do Órgão Deliberativo para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Existindo a pretensão de contratar um empréstimo de longo prazo (20 anos), no montante de 1.000.000,00 €, para financiar investimento das “Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, orçado em 4.404.204,60 €, ultrapassa 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento em exercício, de acordo com informação do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças o valor de despesas de investimento inicialmente previsto para o exercício era de 3.069.077,00€, representando o limite de 10%, 306.907,70 €, torna-se imprescindível a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----O Investimento a autorizar:-----

PPI			Código	Designação	Dotação atual definida	Valor a ser financiado
Oj	Prog	Projeto	Classificação Orçamental			
08	003			EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL		
08	003	2014/24	07030301	Infraestruturas	1.450.000,00 €	1.000.000,00€

-----Propõe-se que:-----

-----Atendendo à necessidade de financiar um investimento de interesse público com grande impacto no Concelho de Mortágua, quer ao nível económico, quer ao nível social, que a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal a discussão e autorização do investimento respeitante à execução das Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial, nos termos da alínea ccc), do nº. 1, do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, para cumprimento do nº. 2 do artigo 51º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Mais foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal a convocação de uma sessão extraordinária para apreciação e votação do presente assunto.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **10.1.2.-CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - Investimento “Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, até o montante de 1.000.000, 00 €:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----1.-De acordo com o estipulado no n.º.1 do artigo 49º. do Anexo I à Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito.-----

-----2.-O artigo 51º. do RFALEI estabelece para os empréstimos de médio e longo prazos o seguinte:-----

-----a) Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos;-----

-----b) Os investimentos a financiar são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previsto no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;-----

-----c) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos.-----

-----d) Em regra, os empréstimos têm um prazo máximo de 2 anos para a sua utilização e diferimento do início da amortização.-----

-----e) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimo (divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo).-----

-----3.-O limite da dívida total constantes do artigo 52º. do RFALEI determina que:-----

-----a) A dívida total das operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores;-----

-----b) O conceito de dívida total das operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais;-----

-----c) Sendo cumprido o limite de endividamento total, o Município só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.-----

-----4.-No Município de Mortágua, de acordo com a Ficha do Município da DGAL que se anexa, o limite da dívida total em 01/01/2016 era de 11.121.288,77 € e no 2º. Trimestre de 2016 era 11. 612.171,15 €, sendo a margem absoluta respetivamente de 7.688.441,00 € e 8.099.053,00€.-----

-----5.-Os correspondentes 20% utilizáveis da margem disponível correspondem em 1/01/2016 a 1.866.153,00 € e em 30/06/2016 a 1.555.594,00 €.-----

-----6.-Para qualquer dos tipos de empréstimo é da competência da Assembleia Municipal autorizar a sua contratação, nos termos da alínea f), nº. 1 do artigo 25º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.-----

-----7.-O pedido de autorização para a contração de empréstimos, a submeter à apreciação e eventual aprovação do órgão deliberativo, terá de ser obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, conforme determina o nº.5 do artigo 49º. do RFALEI e esta autorização deverá ser antecedida de discussão e autorização dos investimentos a financiar (nº.2 do artigo 51º. do RFALEI ).-----

-----8.- A contração de um empréstimo de longo prazo, por um período até 20 anos, em 2016, implica que a autorização seja aprovada por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções, uma vez que irá produzir efeitos em mais de dois mandatos.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

- 9.-Encontra-se inscrito no Plano Plurianual de Investimentos, para 2016, no objetivo 08 – Desenvolvimento Económico o projeto de investimento “Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial” a executar, de acordo com o respetivo Plano de Pormenor, e contemplado o investimento 3 fases, com orçamento global de 4.404.204,60 €, ao qual foram alocados os meios financeiros necessários para a execução da 1ª. fase com uma dotação definida de 1.450.000,00€.
- 10.-Nos últimos anos em virtude das medidas de apoio às famílias e às empresas tomadas pelo Município a Câmara abdicou de uma potencial receita a favor do mesmos.
- 11.-O Município não deve, nem pode comprometer os restantes investimentos em curso e previstos no PPI aprovado para 2016 e seguintes, nomeadamente os que se preveem obter financiamento no âmbito dos diferentes Programas Comunitários.
- 12.-Para a Câmara assegurar o cumprimento daquele projeto de investimento torna-se necessário contrair um empréstimo de longo prazo, por vinte anos, até ao montante de 1.000.000,00 € ( um milhão de euros).
- 13.-A concretização num curto espaço de tempo do citado projeto de investimento, de interesse público com grande impacto no Concelho de Mortágua, quer ao nível económico, seria posto em causa no caso de não se recorrer ao crédito bancário e, consequentemente inviabilizaria os projetos de instalação de novas empresas que já manifestaram interesse na sua fixação no Parque Industrial.
- 14.-O prazo de 20 anos para o empréstimo afigura-se ser adequado, atendendo a que se estima como vida útil dos bens a financiar superior a 20 anos (CIBE/SNC-AP).
- Face ao exposto proponho:-----
- Para efeitos da competência prevista no n.º 6 do artigo 49º.da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALE), e em conformidade com o disposto na alínea l) do artigo 14º., artigo 48º. N.ºs 1,2, e 5 do artigo 49º. e n.ºs 1,3 e 4 do artigo 51º. e artigo 52º. do citado diploma legal a abertura de um procedimento para a contratação de um empréstimo de médio longo prazo, pelo prazo de vinte anos para aplicação em investimentos de “ Execução das Infraestruturas da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, até ao montante de 1.000.000,00 €, com um prazo máximo de utilização de capital de dois anos e um período de carência de dois anos, de acordo com as condições no convite a enviar às instituições bancárias, em anexo, para que em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º. Articulado com a alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 25 do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o pedido seja submetido a autorização da Assembleia Municipal.-----

-----Que para o efeito sejam convidadas as seguintes instituições de crédito, com balcão em Mortágua:- BPI - Banco Português de Investimento, SA; Banco Millennium BCP; Caixa Geral de Depósitos; Banco Santander Totta, SA; Caixa de Crédito Agrícola Bairrada Aguireira.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria com quatro votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e três abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª. Márcia Maria dos Santos Lopes, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo PS apresentaram as seguintes considerações:-----

-----“Os Vereadores do Partido Socialista manifestam a sua total estranheza e perplexidade pela inclusão na Ordem de Trabalhos de uma proposta que visa a contração de um empréstimo pela Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Há muito poucas semanas, o PSD assumiu uma posição de acusação à administração e gestão económica e financeira do Partido Socialista enquanto exerceu funções executivas neste Município, afirmando perentoriamente que o atual Executivo tinha, com a sua boa gestão, ultrapassado dificuldades herdadas, e assim tinha conseguido alcançar uma invejável situação económica, que fruto dessa postura permitiam ter disponível mais de cinco milhões de euros (5.000.000,00 €).-----

-----Só como nota, lembrar que o Executivo Socialista em 2013, deixou um saldo de cerca de três milhões e meio de euros, e nos meses seguintes houve uma receita adicional de mais de setecentos mil euros (700.000,00 €) fruto de obra executada, paga e cuja participação so



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

se verificou mais tarde.-----

-----Sempre o Partido Socialista entendeu como prioritário, o investimento nas infraestruturas de ampliação do PIML enquanto factor de desenvolvimento, pena é que o atual Executivo não tenha tido em conta a prioridade dos investimentos, preferindo executar várias obras, face às quais o Partido Socialista manifestou a sua discordância”.-----

### **10.2.-RELATÓRIO DE AUDITORIA – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º. SEMESTRE:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Semestral, do auditor externo, sobre a situação económica e financeira do Município referente ao 1º. Semestre de 2016, emitido nos termos da alínea d), do nº.2, do artigo 77º. da Lei nº. 73/2014, de 3 de setembro, para conhecimento do órgão executivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **10.3.-MODIFICAÇÃO POR REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016:---**

-----Considerando a necessidade de reforçar várias rubricas em consequência da inscrição de novos projetos nas Opções do Plano, pelo Senhor Presidente foi presente, nos termos do ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei nº. 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, a proposta de Modificação ao Orçamento de 2016– Revisão número 3, que apresenta os seguintes valores:---

-----Reforço de Despesas Correntes – zero euros (0,00€).-----

----- Despesas correntes – dez mil euros (10.000,00€).-----

-----Reforço Despesas Capital – vinte e oito mil e setecentos euros (28.700,00€).-----

-----Anulação Despesas Capital – dezoito mil e setecentos euros (18.700,00€).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a modificação por revisão ao orçamento de 2016 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, conforme o disposto na alínea a) do nº.1 do artigo . 25º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **10.4.-MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2016:-----**

-----Verificando-se a necessidade de inscrever novos Projetos nas Opções do Plano do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, a proposta de Modificação às Opções do Plano do corrente ano – Revisão número 3 que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de financiamento definido – zero euros (0,00€);-----

-----Redução do financiamento não definido - doze mil e setecentos euros (12.700,00 €).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a modificação por revisão às Opções do Plano de 2016 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

### **10.5.-PROPOSTAS DE FIXAÇÃO DE:-----**

#### **10.5.1.-Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) art.º 112.º do CIMI:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de Dezembro, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa de IMI a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, designadamente: -----

-----Alínea c) - Prédios urbanos nos termos do CIMI: 0,3% a 0,45%. (*Redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março*).-----

-----No atual situação económica e financeira do país e tendo em vista reduzir o esforço financeiro das famílias, e porque as condições financeiras do Município fruto de uma gestão rigorosa o permitem, propõe-se a aplicação da seguinte taxa: -----

-----Alínea c) - Prédios Urbanos: 0,3%; (mínimo permitido). -----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de fixação de taxa de IMI e remeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 25º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

### **10.5.2.-Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Redução da Taxa Prevista no n.º.3 do artigo 112º. do Código do CIMI:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“A Lei nº7-A/2016, de 30 de março, (Leio do Orçamento de Estado para 2016) aditou o art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que preconiza a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do -Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a tabela infra:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1.....	20
2.....	40
3 ou mais .....	70

-----A deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI, por transmissão eletrónica de dados até 30 de novembro.-----

----- A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues.-----

-----Para efeitos do disposto no referido artigo, a composição do agregado familiar é aquela que se verificar no último dia do ano anterior àquele a que respeita o imposto. -----

-----Considera-se o prédio ou parte de prédio urbano afeto à habitação própria e permanente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do sujeito passivo ou do seu agregado familiar quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal.-----

-----A Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza aos municípios, até 15 de setembro, o número de agregados com um, dois e três ou mais dependentes que tenham, na sua área territorial, domicílio fiscal em prédio ou parte de prédio destinado a habitação própria e permanente.-----

-----Pese embora o Município ter proposto a fixação da taxa de IMI no mínimo permitido por lei, tal medida não obsta a que se possa concretizar mais um passo na estratégia municipal de redução da carga fiscal sobre as famílias locais, tão penalizadas pela situação económica e financeira do país.-----

-----A aprovação desta proposta, o seu impacto nos orçamentos futuros pode ser acautelado pela adoção de medidas de controlo da despesa municipal, nomeadamente despesas de funcionamento.-----

-----De acordo com informação da Autoridade Tributária e Aduaneira a diminuição de receita Fiscal com a aplicação desta medida é no montante de 17.670,00 €.-----

----- Justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, e atendendo ao número de dependentes, nos termos do previsto art.º 112º-A do Código do IMI, porquanto: ---

-----a) As famílias com dependentes têm despesas acrescidas;-----

-----b) A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida;-

-----c) A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e consequente aumento da população do nosso concelho.-----

-----Em reconhecimento dessa realidade, reduzir o IMI aos nossos munícipes nos termos da lei, é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para muitas famílias e para o desenvolvimento do nosso concelho.-----

-----Assim, propõe-se e a aplicação das seguintes taxas de redução: -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1.....	20
2.....	40
3 ou mais .....	70

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **10.5.3.-Percentagem da Participação do IRS pretendido pelo Município nos termos do art.º.26º. da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos do n.º.1 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º1, do art.º 78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do art.º 69º.-----

-----A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município. Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior a 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele que respeita a participação variável.-----

-----No sentido de aliviar a carga fiscal dos munícipes, que nos dias de hoje já veem os seus orçamentos familiares tão asfixiados, propõe-se a fixação daquela participação em 0,0%, o que corresponderá a uma redução de 100% da receita que seria arrecadada pela Câmara, a qual reverterá a favor dos sujeitos passivos.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remeter a mesma à Assembleia Municipal nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

### **10.5.4.-Taxas a aplicar de Derrama nos termos do artº. 18º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“O n.º 1, do artº. 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, prevê que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).-----

-----A referida Lei estabelece, ainda, no n.º4 do mesmo artigo, a possibilidade de ser fixada uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€-----

-----Neste sentido, considerando a atual conjuntura económica e financeira e como forma de incentivo às empresas propõe-se:-----

-----Para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€, aplicar, no ano económico de 2016, uma taxa reduzida de derrama de 0,0% (isenção de taxa) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para todos os sujeitos passivos que tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais no município e matéria coletável superior a 50.000,00€, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional:-----

-----Para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior 150.000,00€, aplicar, no ano económico de 2016, uma taxa de derrama de 1,0 % sobre o





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para todos os sujeitos passivos que tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais no município e matéria coletável superior a 50.000,00€, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional. -----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remeter a mesma à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

### **10.5.5.-Taxa Municipal de Direitos de Passagem (Dec. Lei n.º 123/2009, de 21/05):-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que: -----

-----A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, estabelece no seu artigo 106.º, que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP); -----

-----Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento; -----

-----A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

município; -----

-----O percentual da TMDP é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %; ---

-----Desde o ano de 2007 que a Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, tem deliberado fixar em 0% a taxa municipal de direito de passagem e, por conseguinte, não cobrar a referida taxa às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em lugar fixo, nos termos do disposto no artº. 106º. da Lei nº. 5/2004, de 20 de Fevereiro, uma vez que a mesma iria onerar o orçamentos dos municípios;-----

-----Proponho que a Câmara delibere ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal que aprove fixar em 0% a TMDP, no ano de 2017, dado que de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da citada lei, a aprovação das taxas e a fixação do respetivo valor é da competência do órgão deliberativo.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e submete-la à Assembleia Municipal nos termos e para efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da citada lei, a aprovação das taxas e a fixação do respetivo valor é da competência do órgão deliberativo.-----

### **10.6.-PROPOSTA DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÃO ONEROSAS DE IMÓVEIS À ACTRADIA, S.A.:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo requerido pela empresa ACTRADIA, Lda., com sede no Parque Industrial de Mortágua, lote 2, 3450 – 232 Mortágua, com o número de pessoal coletiva nº.50829251, a requerer nos termos da alínea h), do número 6, do artigo 31º. do Decreto - Lei número 287/2003, de doze de Novembro, reconhecimento prévio da Câmara Municipal para efeitos de isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, conforme dispõe o nº.2 do artigo 16º. da Lei nº.73/2013, de 2 de setembro, referente à aquisição, em hasta pública, pelo valor de 228.000,00 €, à Câmara Municipal do lote nº 8, do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Remígio Cortegaça e Almaça, com a área de 63.256 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz urbana sob os n.º. P3095, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, destinado a indústria armazém e serviços.-----

-----A despesa fiscal a considerar para a isenção requerida, calculada nos termos do artigo 16.º. n.º.4 da Lei n.º. 26/2003 de 30 de julho estima-se em 14.820,00€, considerando o valor tributável do ato. -----

-----A aquisição do mencionado imóvel tem por objetivo a instalação de um projeto industria de elevado valor económico e tecnológico, no âmbito da indústria farmacêutica, a implementar pelos laboratórios BASI – Industria Farmacêutica, SA, empresa em relação de grupo com a Actrádia, SA.-----

-----O processo obteve a seguinte informação do Chefe de Administração Geral e Finanças, datada de 12/09/2016:-----

-----**“Informação:**-----

-----O imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT), é um imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados em território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis (art.º 1º, 2º e 3º do IMT).-----

-----O Código do Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMTO), no seu art.º 6º identifica as entidades que podem beneficiar de isenção, solicitando a requerente a isenção aqui em análise ao abrigo da alínea h) do art.º 6, do referido código.-----

-----*“As aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efectuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de actividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social.”*-----

-----Ao abrigo do n.º 2, do art.º 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro de 2013, *“A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respectiva despesa fiscal, conceder isenções totais*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

*ou parciais relativas aos impostos e outros tributos próprios.*-----

-----Ora, por outro lado importa referir que a alínea m), do art.º 14º, da mesma Lei contempla outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor do Município, onde se enquadra o IMT, nos termos do CIMTO.-----

-----Por sua vez, o art.º 15º da citada Lei, estipula poderes tributários dos Municípios, dizendo que: *“Os Municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito”* elencando uma série deles, onde se incluem, nos termos da sua alínea d) *“A Concessão de isenções e benefícios fiscais, nos termos do n.º 2, do art.º 16º.”*-----

-----Uma das principais alterações que a Lei das Finanças Locais visou operar foi o reforço da autonomia financeira local, com o reforço dos poderes tributários dos Municípios, através do Fundo Social Municipal, com a possibilidade de cobrança dos impostos a cuja receita tenham direito, reforço significativo da autonomia para concessão de isenções fiscais e criação de taxas.-----

-----Por outro lado, a fundamentação a que refere o n.º 2, do art.º 16º, da Lei das Finanças Locais, passa por justificar a contra partida da isenção na relevância daquele investimento para o Município, tendo como limites os próprios princípios constitucionais e legais que regem a atribuição de benefícios fiscais.-----

-----Nesse sentido e considerando a obrigatoriedade deste dever de fundamentação, a empresa apresentou os seguintes argumentos:-----

-----“Os Laboratórios Basi e as restantes empresas do grupo tem vindo a efetuar, ao longo dos últimos anos, um investimento significativo na indústria e distribuição farmacêutica, privilegiando o Município de Mortágua como localização de referência para os seus investimentos.-----

-----O grupo é constituído por um conjunto de empresas com reconhecida experiência nas áreas de Indústria Farmacêutica, (através das empresas Laboratórios Basi -Indústria Farmacêutica e Paracélsia) Distribuição e Logística, (através das empresas FHC Farmacêutica



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Overpharma e Empifarma) e Consultoria e Serviços, (através da Phagecon e Zeone Informática).-----

-----A partir da sede das suas empresas, maioritariamente localizadas no município de Mortágua, o grupo mantém relações comerciais ativas em mais de 20 países e em quatro continentes, com especial enfoque nos mercados Europeu, Africa Lusófona, América do Sul e Central e Ásia.-----

-----O grupo gera uma faturação anual de aproximadamente € 160M e emprega mais de 300 colaboradores, dos quais quase 50% tem formação superior.-----

-----As exportações representam cerca de 45% do volume total de faturação.-----

-----A estratégia do grupo no Município está alicerçada na consolidação e crescimento, beneficiando das infraestruturas já criadas e do potencial humano que a integra.-----

-----Fruto desse empenho e aposta, o grupo é hoje um dos principais investidores e empregadores do município, contribuindo também para a captação de outros investidores para a região e para a criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos. -----

-----O projeto que ora se inicia, com a aquisição do imóvel suprarreferido, representa a consolidação da estratégia de crescimento sustentado do grupo, através da construção de uma Unidade Industrial de Produção de Injetáveis, com a instalação de tecnologias inovadoras ao nível da indústria farmacêutica.-----

-----O investimento previsto, cuja execução se iniciará ainda em 2016, com a adjudicação das empreitadas e aquisição de equipamentos, ronda os 30 milhões de euros, prevê a criação de aproximadamente 110 novos postos de trabalho diretos e estima-se um volume anual de faturação de 31 milhões de euros visando, essencialmente, a produção para exportação.” -----

-----Assim, salvo melhor opinião, os motivos justificativos apresentados pela requerente afiguram-se atendíveis.-----

-----Nos termos do art.º 16º, da Lei das Finanças Locais e da alínea 16ª do n.º 4 da Lei nº 26/2003 de 30 de julho de 2003, o valor dos bens adquiridos ao Estado, às Regiões Autónomas ou às autarquias locais, bem como o dos adquiridos mediante arrematação judicial





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ou administrativa, será o valor constante do ato ou do contrato e a despesa fiscal envolvida estima-se em 14.820,00€ de acordo com o valor de aquisição em asta pública expressa no quadro abaixo.-----

Art.º Matricial	Área	Preço/m2	Valor	Taxa	IMT
U-3087	63.256,00	3,60€	228.000,00 €	6,50%	14.820,00 €

### -----Conclusão:-----

-----Face ao exposto:-----

-----1 - O imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT), é um imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados em território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis (art.º 1º, 2º e 3º do IMT).-----

-----2 - O Código do Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMTO), no seu art.º 6º identifica as entidades que podem beneficiar de isenção, enquadrando-se a requerente na alínea h) do art.º 6, do referido código.-----

-----3 - O n.º 2, do art.º 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro de 2013, estipula que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respectiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativas aos impostos e outros tributos próprios.-----

-----4- A alínea m), do art.º 14º, da mesma Lei das Finanças Locais contempla outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor do Município, onde se enquadra o IMT, nos termos do CIMTO. -----

-----Assim, face ao exposto e cumprindo o requerido os preceitos legais para análise e decisão, poderá o mesmo ser atendido e submetido pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, caso se entenda que o investimento em causa se reveste de superior interesse económico e social para o Concelho, isentando a empresa Actradia, SA do pagamento de IMT estimado no valor de 14.820,00€". -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e a informação administrativa constante no processo, deliberou por unanimidade reconhecer que se encontram comprovados os requisitos da alínea h) do artigo 6.º do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e submeter o mesmo para apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, conforme n.º 2, do art.º 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013.-----

### **10.7.-PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2016:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----I – ENQUADRAMENTO:-----

-----De acordo com o disposto no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis. -----

-----Para o efeito, é elaborado anualmente o respetivo Mapa de Pessoal, no qual se preveem os lugares necessários para o cabal desenvolvimento das atividades previstas e a executar no ano em causa. -----

-----No Município da Mortágua o Mapa de Pessoal acompanhou a proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2016, e foi aprovado, tal como o Orçamento, na sessão da Assembleia Municipal de 11 de dezembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião extraordinária de 29 de outubro do mesmo ano. -----

-----Decorre do previsto no artigo 29.º da LGTFP, que o mapa de pessoal deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: -----

-----a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; -----

-----b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; -----

-----c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; -----

-----d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho. -----

-----O Mapa de Pessoal não é contudo um documento estático, mas sim um importante instrumento de gestão de recursos humanos que, como tal, deve estar permanentemente adaptado às mudanças operadas no ano a que respeita, prevendo os lugares que permitam à Câmara Municipal recrutar os recursos humanos necessários para dar resposta às exigências, podendo assim ser objeto das correspondentes alterações. -----

-----A competência para aprovação do Mapa de Pessoal, e por identidade de razão, das suas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos nas disposições conjugadas da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

### -----II – FUNDAMENTOS DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:-----

-----Em resultante dos sucessivos constrangimentos introduzidos pelas leis do orçamento de estado e que se mantiveram em vigor até ao final do ano de 2015, a insuficiência de recursos humanos ao nível operacional, nos serviços dos Setores de atividade da Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e da Divisão de Desenvolvimento Social, é significativa, pelo que há necessidade de aumentar o número de efetivos em vários domínios de ação desses serviços. -----

-----O atual mapa de pessoal, aprovado por deliberação da Câmara Municipal, 29 de outubro de 2015, e da Assembleia Municipal, de 11 de dezembro de 2015, necessita ser ajustado às atuais necessidades. -----

-----Tendo em conta que se encontram válidos quatro procedimentos concursais para recrutamento de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza, Assistentes Operacionais, Operador de ETARS e Auxiliar de Serviços Gerais), para que seja possível o recurso à reserva



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de recrutamento desses concursos a alteração ao mapa de pessoal, em anexo, consubstancia:---

----- A criação de 10 postos de trabalhos a categoria de assistentes operacionais para a área de atividade de : 2 Cantoneiro de Limpeza, 4 Assistentes Operacionais, 1 Operador de ETARS e 3 Auxiliar de Serviços Gerais, e a serem ocupados com recurso à reserva de recrutamento dos concursos que se encontram válidos.-----

----- A ocupação de 10 postos de trabalhos decorrente do provimento dos trabalhadores aprovados em procedimento concursal para a categoria de assistentes operacionais na área de atividade de: 3 Cantoneiro de Limpeza, 5 Assistentes Operacionais, 1 Operador de ETARS e 1 Auxiliar de Serviços Gerais;-----

----- A extinção de 2 postos de trabalho motivado pela aposentação de 2 trabalhadores da carreira de assistente operacional e na área de atividade de pedreiro e de cantoneiro.-----

----- A cativação de 1 trabalhador com a categoria de assistente operacional, área de atividade de auxiliar de ação educativa que se encontra em licença sem vencimento.-----

----- PROPONHO QUE: -----

----- A Câmara Municipal aprove a proposta de alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do artigo 29.º n.º 4.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.” -----

-----A Câmara depois de apreciada deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----

**10.8.-PROC.º. Nº.339/10.7 BEVIS – AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO CONEXA COM ATOS ADMINISTRATIVOS- AUTOR: STAL/RÉ MUNICÍPIO DE MORTÁGUA – CUMPRIMENTO DO ACORDO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi proposto o seguinte:-----

-----“Considerando:-----

-----Que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu julgou procedente a ação administrativa especial de impugnação de ato administrativo n.º 339/10.7BEVIS e em consequência anulou a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deliberação de 07/04/2010 que aplicou a pena de demissão ao trabalhador José Gonçalves, com as devidas consequências legais, acórdão que foi confirmado pelo Tribunal Central Administrativo Norte e pelo Supremo Tribunal Administrativo;-----

-----Que a anulação da pena disciplinar de demissão implica a reconstituição da situação jurídico-funcional atual hipotética do trabalhador e ainda receber as remunerações que deixou de auferir desde a data de produção de efeitos do ato de aplicação da sanção até ao trânsito em julgado da decisão judicial.-----

-----Que o trabalhador já foi reintegrado e reiniciou as suas funções de Assistente Operacional, área de atividade Cantoneiro de Vias no dia 01/06/2016.-----

-----Propõe-se:-----

-----Que, com a reintegração do trabalhador José Gonçalves lhe sejam processados os vencimentos e respetivos descontos e contribuições legalmente fixadas, desde a data da notificação da decisão que aplicou a pena até ao trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Administrativo, no montante de 36.103,69 €, conforme documento que fica a fazer parte integrante da ata.-----

-----A esse montante serão deduzidas as importâncias que aquele trabalhador tenha comprovadamente obtido com a cessação da relação jurídica de emprego público e que não receberia se não fosse a pena aplicada, bem como o valor do subsídio de desemprego, caso tenha dele beneficiado nesse período.-----

-----Que seja remetida à Caixa Geral de Aposentações o boletim de reinscrição do trabalhador, com vista à recuperação da sua qualidade de funcionário”.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----

### **10.9.-FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO LIVRO “Andaram por aqui os Franceses...A Terceira Invasão Francesa em Mortágua”:**-----

-----O Senhor Presidente informou que no âmbito das ações integradas no Projeto ações integradas do Projeto “ Mortágua nos Caminhos da Batalha do Buçaco, a Câmara procedeu à edição do livro Andaram por aqui os Franceses...A Terceira Invasão Francesa em Mortágua”,





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de autoria do Dr. João Paulo de Almeida e Sousa, cujo lançamento público terá lugar no próximo dia 30 de setembro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Centro de Animação Cultural.-----

-----Assim e no sentido de dar a conhecer a todos um pouco mais a história e cultura do nosso Concelho propôs que os mesmos fossem disponibilizados ao público interessado, e que nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro a Câmara aprove para o efeito o preço de oito euros (8,00 €) pela venda do referido livro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o preço proposto para a venda do livro.-----

### **10.10.-ALTERAÇÃO DA DATA DA REALIZAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 5 DE OUTUBRO DE 2016 (FERIADO NACIONAL):-----**

-----O Senhor Presidente informou que a próxima reunião de Câmara coincide com o feriado de calendário nacional, 5 de outubro, e propôs que a mesma se realizasse na véspera, dia 4 de outubro (Terça-Feira), às quinze (15) horas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, aprovar que a primeira reunião ordinária da Câmara do mês de outubro se realize no dia 4, pelas quinze horas, ficando os membros presentes dispensados de qualquer outra forma de convocação.-----

### **11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----**

#### **11.1.-REQ.º. N.º.575/2016, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC.º. 01/2016/124 – CONSTRUÇÃO NOVA - HABITAÇÃO E MUROS DE VEDAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29.º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Carlos Manuel Ferreira Sacras registado com o n.º. 575/2016 para nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29.º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, solicitar a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil e cinquenta e quatro euros e seis cêntimos (1.054,06



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

€) e da TMU de quatrocentos e sessenta e nove euros e quinze cêntimos (469,15 €), do processo nº01/2016/124 - Construção de Habitação e Muro de Vedação, sita na Rua da Quinta, Povoinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.--

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão a Carlos Manuel Ferreira Sacras da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil e cinquenta e quatro euros e seis cêntimos (1.054,06 €) e da TMU de quatrocentos e sessenta e nove euros e quinze cêntimos (469,15 €), referente ao processo nº01/2016/124 - Construção de Habitação e Muro de Vedação, sita na Rua da Quinta, Povoinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

### **11.2.-REQº. Nº.431/2016 DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO TAXAS OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BNU, REFERENTE AO PROCº. Nº. 01/2016/81, DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO – SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA:-----**

-----Em cumprimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 03/08/2016, foi novamente presente o requerimento registado sob o número 01/2016/431, da CondoFracções, com o NIF 509437443, com sede no Centro Comercial Flor do Dão, loja V, Avenida General Humberto Delgado, 3440 – 325 Santa Comba Dão, em que na qualidade de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

administradores solicita, a título excecional, a isenção de pagamento de taxa no valor de mil e oito euros (1.008,00 €) referente à licença de ocupação da via pública no âmbito do processo nº.01/2016/81, de obras de conservação – substituição de cobertura de amianto do Edifício BNU, sito na Rua Dr. José Lopes de Oliveira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, justificando o pedido com a urgência, para a saúde pública, na retirada da cobertura que obrigou a serviços especializados dada a natureza tóxica do material (amianto), acompanhado do parecer do Assessor Jurídico do Município datado de 1/09/2016, e que a seguir se transcreve: -----

-----“Assunto: Requerimento apresentado por “Condoações, Administração de Condomínios, Lda. na qualidade de administradora do Condomínio do Edifício BNU situado em Mortágua, solicitando a isenção do pagamento de taxa de 1.008,00 €, referente a licença de ocupação da via pública, no âmbito do processo nº.01/2016/81.-----

-----Parecer:-----

-----“Condoações , Administração de Condomínios, Lda. administradora do Condomínio BNU em Mortágua, veio requerer, a título excecional, a anulação da taxa de ocupação da via pública, requerida para permitir a remoção das coberturas em amianto existentes no prédio em questão.-----

-----A taxa cuja anulação é solicitada, foi aplicada em consequência da ocupação da via publica, necessária para realizar todos os trabalhos inerentes à retirada das coberturas em amianto existentes no edifício. A taxa foi calculada nos termos do Regulamento de Liquidação e cobrança de Taxas Municipais, definindo a secção XXII os valores devidos pela ocupação da via publica por motivo de obras.-----

-----A seção I do Regulamento, descreve as situações que estão isentas do pagamento de taxas ou que poderão implicar a redução do seu valor. Porém a ocupação da via publica por motivo das referidas obras não está contemplada com qualquer isenção de pagamento da taxa ou com a sua redução.-----

-----Porém o artigo 26º. Estabelece que “ além das isenções ou reduções previstas no artigo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

anterior a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais”.-----

-----Com efeito, como tem sido amplamente publicitado, as coberturas de amianto constituem um perigo para a saúde pública e a sua remoção deverá ser estimulada, sem que sejam criados entraves ou constrangimentos, nomeadamente económicos, à execução das obras necessárias, sendo que, naturalmente, a ocupação da via pública para a execução dos trabalhos constitui uma necessidade inerente à maioria das obras em causa.-----

-----Assim, a isenção do pagamento de taxa de ocupação da via pública relativamente a obras para a remoção de coberturas de amianto poderia ser concedida por deliberação da Assembleia Municipal, na sequência de proposta da Câmara Municipal.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto e tendo em consideração o parecer exarado pelo assessor jurídico, deliberou por unanimidade propor, nos termos e para efeitos d nº. 2 do artº. 16º. Da Lei nº. 73/2013, de 2 de setembro, à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento da taxa acima referida.-----

### **11.3.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Procº. Nº.08/2016/05, na Rua Do Casal, 18, na Gândara:-----**

-----O Senhor Presidente informou que, na seguimento da notificação feita através do ofício referência DAGF 5575, de 23/08/2016, ao Cabeça de Casal da Herança de José Afonso do projeto de decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 17/08/2016, relativa ao processo 08/2016/05 de edificação em mau estado de conservação sito na Rua do Casal, 18, Gândara, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 17/08/2016, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----



## Ficha do Município

MORTÁGUA

Prestação de Contas de  
2015

### A. Dados entidade:

Área (Km2) 251.17 População (hab.) 9439 Eleitores (n.º) 10454  
Pessoal ao serviço (n.º) 131 (4.º Trimestre de 2015)

### B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
6.631.186	7.439.223	8.172.168	22.242.578	7.414.193

### C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2015 (1,5\* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 11.121.288,77

### D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
11.121.289	01/01/2015						
	3.945.803	432.356	4.378.158	3.843.429		7.277.860	1.455.572
	31/12/2015						
	3.554.292	361.019	3.915.311	3.432.848		7.688.441	1.537.688
Variação da Dívida %							-10,68%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							1.866.153

### E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2015)

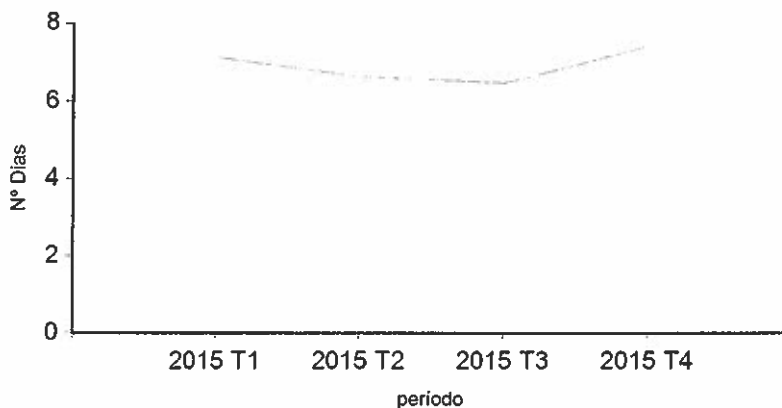
1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 444.506 PMP 7 dias  
2. Aquisição acumuladas 5.488.855  
3. Último PMP publicado 8 dias (31/12/2014)

## Ficha do Município

MORTÁGUA

Prestação de Contas de  
2015

**Evolução PMP nº dias**



### F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	7.414.193	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	100,59%
Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM (31-12-2015)	3.432.848	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	88,67%
(período corrente)			
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2015)	402.565		
(período corrente)			

### Saneamento Financeiro

#### Condições de adesão facultativa

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Dívida total = ou > 1,5 \* média das receitas correntes dos últimos três anos ☐

#### Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

- Dívida total > 2,25 \* média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 \* a média das receitas correntes dos últimos três anos ☐

### Recuperação Financeira

- Dívida total > 3 \* média das receitas correntes dos últimos três anos ☐

*Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.*

### G. Indicadores de Alerta Precoce:

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Dívida total = ou > 1,5 \* média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85% ☐

### H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

## Ficha do Município

MORTÁGUA

Prestação de Contas de  
2015

Receltas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
8.177.401	507.645	3.347.375	212	12.032.633	5.881.211	2.369.589	8.250.800	3.781.833

### I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	2.602.982	Variação	Valor (2 - 1)	-81.292
2. Ano n	2.521.690		% (2-1)/1	-3,12%

### J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	143	Variação	Valor (2 - 1)	-12
2. Ano n	131		% (2-1)/1	-8,39%

### L: Cumprimento dos deveres de informação:

Não é possível determinar o estado das entregas dos mapas.



## Ficha do Município

MORTÁGUA

2.º Trimestre de 2016

### A. Dados entidade:

Área (Km2) 251.17 População (hab.) 9439 Eleitores (n.º) 10454  
Pessoal ao serviço (n.º) 131 (2.º Trimestre de 2016)

### B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
7.439.223	8.172.168	7.612.951	23.224.342	7.741.447

### C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2016 (1,5\* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 11.612.171,15

### D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
11.612.171	01/01/2016						
	3.554.292	361.019	3.915.311	3.432.848		8.179.323	1.635.865
	30/06/2016						
	3.802.633	227.384	4.030.017	3.513.118		8.099.053	1.619.811
Variação da Dívida %							2,34%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							1.555.594

### E. Prazo Médio de Pagamentos: (30-06-2016)

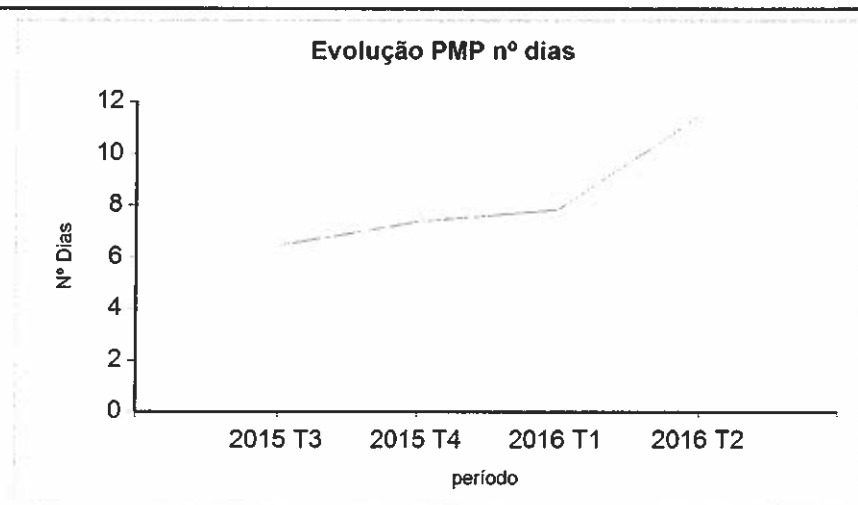
1. Dividas a fornecedores curto prazo acumuladas 685.309 PMP 12 dias  
2. Aquisição acumuladas 5.426.819  
3. Último PMP publicado 7 dias (31/12/2015)



## Ficha do Município

MORTÁGUA

2.º Trimestre de 2016



### F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	7.741.447	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	94,66%
Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM (31-12-2015) (período corrente)	3.432.848	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	100,59%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2015) (período corrente)	402.565		

### Saneamento Financeiro

#### Condições de adesão facultativa

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Dívida total = ou > 1,5 \* média das receitas correntes dos últimos três anos ☐

#### Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

- Dívida total > 2,25 \* média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 \* a média das receitas correntes dos últimos três anos ☐

### Recuperação Financeira

- Dívida total > 3 \* média das receitas correntes dos últimos três anos ☐

*Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.*

### G. Indicadores de Alerta Precoce:

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Dívida total = ou > 1,5 \* média das receitas correntes dos últimos três anos ☐
- Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85% ☐

### H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

## Ficha do Município

MORTÁGUA

2.º Trimestre de 2016

Receitas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	
7.645.049	612.912	3.781.833	17.103	12.056.897	5.558.509	3.083.291	8.641.799	3.415.098

### I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	708.386	Variação	Valor (2 - 1)	-28.181
2. Ano n	680.206		% (2-1)/1	-3,98%

### J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	141	Variação	Valor (2 - 1)	-10
2. Ano n	131		% (2-1)/1	-7,09%

### L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim

